



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Gabinete de Informática

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

(Artigo 112º do código dos Contratos Públicos)

**AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE PARA O
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
Disposições Gerais
Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

- 1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição Licenças de sistemas operativo de acordo com as especificações técnicas constantes no Ponto 2 (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos
- 2- O objeto a contratar abrange ainda os serviços de instalação dos equipamentos (incluindo os acessórios necessários ao seu bom funcionamento), de formação e acompanhamento dos utilizadores e de assistência técnica.

Cláusula 2.ª

Forma e documentos contratuais

- 1 - O contrato que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução do contrato

O contrato mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura até 28/02/2023 para a execução de todas as prestações, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Esclarecimentos, erros e omissões, retificação e alteração das peças procedimentais



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Presidente da Câmara Municipal, a quem deverão ser apresentados, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
- 2 - No mesmo prazo deve ser apresentada lista, quando aplicável, da qual constam, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento que possam vir a ser identificados pelos eventuais interessados.
- 3 - Até ao dia anterior do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Presidente da Câmara Municipal, deverá prestar, por escrito, os esclarecimentos a que se refere o número anterior, assim como pronunciar-se sobre os erros e omissões, quando identificados, determinando os termos de suprimimento de cada um dos erros ou das omissões aceites. No mesmo prazo poderá proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento.
- 4 - Consideram-se rejeitados todos os que até final daquele prazo não sejam por ele expressamente aceites.
- 5 - Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo para a apresentação das propostas é prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo para a apresentação das propostas até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 6 - Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado no mínimo por um período equivalente ao do atraso verificado.
- 7 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às demais peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.
- 8 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Seção I

Obrigações do Fornecedor

Subseção I

Disposições Gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do fornecedor



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de instalação de todos as licenças identificadas na sua proposta;
- b) Obrigação de ministrar aos utilizadores a formação necessária ao adequado manuseamento dos equipamentos.
- c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- d) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- e) Não alterar as condições do fornecimento dos serviços à exceção dos casos previstos no presente caderno de encargos;

Cláusula 6.ª

Entrega dos serviços objeto do contrato

O prazo máximo de instalação das licenças no Município de Vila Nova de Poiares é de 7 dias após a assinatura do contrato.

Cláusula 7.ª

Garantia de continuidade da prestação de serviços

O prestador de serviços deve assegurar a continuidade do fornecimento das licenças durante o prazo de vigência do contrato.

Cláusula 8.ª

Serviços

Serviços de assistência técnica, formação e acompanhamento dos utilizadores

- 1- O fornecedor fica obrigado a prestar os serviços de assistência técnica, no local da instalação, durante o período de garantia dos bens e de acompanhamento dos utilizadores durante o prazo indicado na sua proposta.
- 2- Fica, igualmente, obrigado a disponibilizar o acesso aos recursos pedagógicos interativos propostos e pelo prazo indicado na proposta.

Subseção II

Cláusula 9.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1- O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Poiares, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

- 3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Seção II

Obrigações do Município de Vila Nova de Poiares

Cláusula 11.^a

Preço Contratual

- 1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Poiares deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, que não pode em qualquer caso, ser superior ao montante de 22.516,02€ (vinte e dois mil, quinhentos e dezasseis euros e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
- 2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a

Condições de faturação e pagamento

- 1- As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Poiares, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Vila Nova de Poiares das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- 3- O pagamento será feito em três prestações anuais de igual valor, ou seja, 7.505,34€ (sete mil e quinhentos e cinco euros e trinta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA.
- 4- Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Poiares, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

- 5- Nenhum pagamento poderá ser efetuado antes do contrato ser celebrado.
- 6- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de transferência bancária, devendo o fornecedor indicar o IBAN para o efeito.

Capítulo III
Penalidades Contratuais
Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos da realização da prestação de serviços objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 9,5% do preço contratual;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 0.5% do preço contratual;
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vila Nova de Poiares pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 0.5% até 20% do valor do contrato.
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente à prestação de serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila Nova de Poiares tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município de Vila Nova de Poiares pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Poiares exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª
Força Maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila Nova de Poiares pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, no âmbito do contrato;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila Nova de Poiares.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do adjudicatário



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros;

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Nova de Poiares, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos

Caução

Cláusula 17.ª

Execução da caução

Não exigível prestação de caução, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 88º do CCP. Não haverá qualquer retenção nos pagamentos a efetuar

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3- As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa.

2. Cláusulas Técnicas

Todos os produtos podem ser equivalentes

Ref.	Descrição	Quantidade
Produtos Enterprises – Manutenção		
269-12442	OfficeProPlus ALNG SA MVL Pltfrm	30
KV3-00353	WINENTperDVC ALNG SA MVL Pltfrm	30
W06-01072	CoreCAL ALNG SA MVL Pltfrm UsrCAL	30
Produtos Enterprises – Novos		
269-12445	OfficeProPlus ALNG LicSAPk MVL Pltfrm	6
KV3-00356	WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm	6
W06-01066	W06-01066CoreCAL ALNG LicSAPk MVL Pltfrm UsrCAL	6
Produtos Adicionais		
AAA-10764	O365E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL AddOn touserCoreCALw/OPP	3

A menção de marcas é meramente indicativa, pelo que podem apresentar sempre outras marcas com unidades de caraterísticas equivalentes.

3-Formação Técnica e acompanhamento dos utilizadores

3.1- É da responsabilidade do fornecedor ministrar aos utilizadores, nas instalações do edifício, formação adequada, que aborde os principais temas relacionados com a utilização diária do equipamento;

3.2- O fornecedor deverá garantir o acompanhamento presencial da implementação do equipamento com uma periodicidade mínima mensal.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES
CÂMARA MUNICIPAL

3.3- O fornecedor deverá disponibilizar linha de apoio à distância (helpdesk telefónico e/ou de email) para colocação de dúvidas e participação de avarias.

4-Assistência Técnica, Garantia e Manutenção

4.1- Durante o período de garantia, o fornecedor fica obrigado a prestar assistência técnica aos equipamentos, no local da sua instalação.

4.2- Os representantes do fornecedor, que tenham a seu cargo a assistência técnica, quando em deslocação aos estabelecimentos de ensino, deverão apresentar-se devidamente identificados.

4.3- A assistência técnica terá que ser prestada no prazo máximo de 24 horas, após a receção do pedido;

4.4- Caso a reparação implique a remoção do equipamento, o adjudicatário garantirá a sua substituição, sem custos para o Município de Vila Nova de Poiares, pelo período necessário à respetiva reparação.

4.5- As intervenções necessárias à reparação ou manutenção de equipamentos deverão ser executadas de forma a causar a menor perturbação possível no funcionamento dos serviços do Município, devendo a data e horário das ações planeadas ser comunicadas ao responsável do Gabinete de Informática; as intervenções destinadas a resolver problemas ou a efetuar reparações de avarias, solicitadas pelo Município de Vila Nova de Poiares, podem ser comunicadas no próprio dia.

Vila Nova de Poiares, abril de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

Digitally signed by
JOÃO MIGUEL
SOUSA
HENRIQUES
Date: 2020.04.27
00:53:55 +01:00
Location: Portugal